



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA

Audiência Pública

Aos dezessete dias do mês de julho de 2024 (17/07/24), às 19h50, no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto (Av. Jerônimo Gonçalves, 1200), foi realizada **audiência pública** presidida pelo vereador Sérgio Zerbinato, com o tema "Discutir sobre a Lei Complementar n. 3.165 de 08/03/2023, que dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos que comercializam ferros velhos, sucatas e afins", conforme Ofício n. 50/2024, publicado no Diário Oficial do Município em 10 de julho de 2024. O vereador Zerbinato, que inicia a audiência pública destacando a importância do tema de hoje e saudando os demais participantes, especialmente o Cel Antonio Carlos Muniz, da Fiscalização Geral, Carla Cristina da Silva, servidora da Secretaria de Meio Ambiente, Ten PM Fábio Guidoni Junior, representando a Polícia Militar e representando a GCM, Antonio Luiz Aparecido Dias e depois expõe os motivos da realização desta audiência pública. O vereador André Rodini faz sua saudação inicial, e destaca que há um ano e meio atrás foi aprovada a referida legislação, regulamentando o comércio de sucatas. Segundo Rodini, a lei é relativamente simples, mas deveria trazer a todos uma segurança para trabalhar, mas algumas normas trazidas nesta lei aparentemente não foram cumpridas, e ficará muito feliz se ouvir do Departamento de Fiscalização como está sendo feita a fiscalização das câmeras, das muretas, da cobertura do material, para se evitar proliferação de dengue, mas principalmente, aponta André Rodini, quer saber a origem do material. Aponta que o bairro onde mora é furtado constantemente, e em muitos semáforos o material é furtado, especialmente cobre. Segundo Rodini, tudo isso gera insegurança, e o destino do material furtado é duvidoso, e quer saber da Fiscalização Geral como está sendo feita a fiscalização. Diz que sabe da importância da reciclagem, porque foi comprador de sucata tempos atrás, sabe da importância do comércio legal, uma salvaguarda para o meio ambiente, fonte de sustento para muitas famílias, destacando a importância do que será discutido aqui, hoje. Em seguida, o Cel. Muniz, fala do minuto 11:30 a minuto 19:25, detalhando a função administrativa do Departamento de Fiscalização Geral, que cumpre a legislação municipal. Diz que como "legalista", cumpre a legislação, e diz que não consegue ser ilegal, e não tem condições de não fazer o cumprimento de uma norma legal. Diz que foram feitas 19 multas, e as multas, podem chegar a 1.000 UFESP's, R\$ 36 mil reais. Diz que será pressionado pelo MP, por todos os órgãos, para dobrar essa multa na próxima autuação. Traz informações sobre a fiscalização da fiação aérea na cidade, e diz que um semáforo com problemas oriundos de furto de fios, pode causar grandes problemas. Segundo ele, tem vários empresários conscientes que não compram produtos de origem duvidosa, mas tem muitos que compram, foram feitas grandes apreensões de material. Diz que "*vai cumprir a lei*", e se for para "*não cumprir a lei, coloca seu cargo à disposição*", e diz que gosta da cidade, é preciso ter consciência social e diz que ou se revoga a lei, ou os empresários devem cumprir a lei, e a reciclagem honesta ajuda o meio ambiente. Não aguenta mais receber ligações de vizinhos de ferros velhos sobre animais peçonhentos, e precisa exigir a adequação física dos estabelecimentos. Em seguida, Carla Cristina da Silva, da divisão de monitoramento e controle ambiental, da Secretaria de Meio Ambiente se manifesta do minuto 20:07 a minuto 22:00, também detalhando o trabalho da pasta na fiscalização da referida lei. Pelo aplicativo zoom, representando a GCM, Antonio Luiz Aparecido Dias, se manifesta a partir do minuto 22:11, e em seguida



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

em seguida, a partir do minuto 23:11 se manifesta o Ten PM Guidoni, da Polícia Militar, comandante da 2ª Cia do 3º BPM/I, que detalha que naquilo que compete à PM estão sempre prestando o devido apoio. Diz que a maioria dos comerciantes de ferros velhos atua de maneira honesta, mas tem uma parcela que ainda adquire produtos ilícitos e alimenta a receptação de produtos ilícitos, conforme destacou Rodini. Em seguida, o presidente da audiência pública passa a ouvir a participação dos que aqui comparecem, inicialmente com a participação de Linda Piacente, advogada, da Associação dos Proprietários de Sucata, que fala a partir do minuto 26:11. Com muitas críticas à lei, ao teor desta legislação, pedem alterações na redação da Lei Complementar. Linda diz que a lei foi criada por pessoas que jamais pisaram num ambiente de sucata, aponta. A maior parte das empresas de sucatas, vistas como criminosos, são formadas por famílias, ressalta Linda. Já Richard, da mesma Associação dos Proprietários de Sucata e Ferro Velho de Rib. Preto, fala a partir do minuto 31:45, também fazendo apontamentos sobre a lei, e o “*embaraço que é*” regularizar o estabelecimento com base nessa legislação, destacando que o sucateiro é primordial para o meio ambiente, e essa lei oprime o trabalho de alguém digno. Faz críticas com o dispositivo que obriga a colocação e câmeras nestes estabelecimentos. Diz que o horário de funcionamento trazido pela lei também não é pertinente, entre outros apontamentos feitos à letra da legislação, e esta precisa ser mudada, ser flexível. Seguiram-se outras manifestações, a partir do minuto 37:10 (Bernardo Bicas, novamente Linda Piacente e após, Lamartine Sousa). O vereador Rodini diz que realmente o armazenamento de sucata ferrosa em prateleiras não é possível, não cabe, e em prateleiras cabe desmanche de peças. Concorde que a prateleira para sucata ferrosa não funciona, o fluxo da sucata não é dessa forma. E ainda diz que o monitoramento por câmeras. Propõe que se faça um pedido de modificação da lei, que é possível modificar essa lei, suprimir alguma coisa. Explica, em seguida, como precisa ser feito, falando com o Prefeito Municipal, e sugere que se faça a exclusão do art. 5º, inciso III e IV, ou outros, e que essa proposta seja feita diretamente ao Prefeito Municipal, que ele submeta à Casa um texto de lei para a Câmara votar. Explica que os estabelecimentos que trabalham com um tipo de mercadoria são diferentes, uns dos outros. Diz que o Cel. Muniz precisa cumprir a lei, e entende a posição dele. O vereador Zerbinato diz que já existe uma proposta para alterar a lei, e a audiência pública, hoje, é para isso. Seguiram-se manifestações dos demais convidados, e novamente aberta a plenária a todos os presentes, a partir do minuto 57:00. O vereador Zerbinato diz que é preciso pegar os maus ferros velhos, o que atuam de forma irregular, e há sim uma discussão social nesse assunto. Raquel Dias, professora do Estado, se manifesta a partir do minuto 1:19:40, chamando a atenção para o descaso com a Av. Álvaro de Lima, onde mora. O que fazer com os usuários daquela via, indaga à Assistência Social. Pela Departamento de Fiscalização Geral, Cel. Muniz volta a se manifestar e diz que a fiscalização é Poder Executivo, e cumpre o que essa Casa aprova. Não tem alternativa senão cumprir a lei, e se um fiscal não faz isso, é denunciado, existe uma série de consequências, e espera que a modificação seja feita, mas espera que essa alteração não seja prejudicial à sociedade. Zerbinato faz um resumo sobre as pessoas que hoje ocupam as ruas, e muitos querem sair da rua, querem ressocializar, mas falta investimento para atender as pessoas que estão nessa situação, investimentos na área da saúde mental. Juliana Raquel, Secretária da Associação e também empresária, a partir do minuto 1:32:02, diz que acredita que é preciso ter leis e regras, e o que pede é a adequação da lei. Diz que os empresários que trabalham corretamente recolhem impostos. Em seguida, Robson, a partir do minuto 1:34:25, fazendo contraponto ao dito sobre a Av. Álvaro de Lima. Zerbinato, ao final, assume o compromisso de abrir um diálogo com o Executivo Municipal para que as alterações possíveis, na lei, sejam feitas, para que a cidade possa ser mais limpa, desenvolvida, com qualidade de vida, e aqui hoje temos bons empresários, e é preciso elaborar legislações cada vez melhores, que funcionem para todo mundo. Só dialogando, aponta Zerbinato, é que



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

alcançaremos mais qualidade para o trabalho de todos, e agradece a presença de todos, encerrando a audiência pública às 20h35. A íntegra foi gravada em mídia audiovisual (anexa), parte integrante dessa ata, em obediência ao disposto na forma da Resolução nº 46/2018. Link de acesso ao *youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=2Rf0xznt-DM> E assim, eu, Fernando Silvério Borges _____, servidor designado, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelas vereadoras abaixo.



ZERBINATO
Vereador